

# O Anuário Brasileiro de Literatura (RJ, 1937-1945) e as bibliografias brasileiras

*Anuário Brasileiro de Literatura (RJ, 1937-1945) and the Brazilian bibliographies*

**Tania Regina de Luca**

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, USP; Professora Titular do Departamento de História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, campus de Assis, SP, Brasil.

E-mail: [tania.luca@unesp.br](mailto:tania.luca@unesp.br)

## Resumo

Um dos desafios do trabalho com periódicos está em recompor as complexas relações que cada título manteve com congêneres que circularam no mesmo momento. A análise centrada exclusivamente nas páginas de uma publicação, ainda que detida e cuidadosa, só tem a ganhar caso se restabeleça a natureza do diálogo travado com os contemporâneos no espaço público. Ainda mais evidente é a relevância da inserção do impresso nos meandros da conjuntura, o que colabora para compreender objetivos, linha editorial e eventuais mudanças de rumo. A partir de tais perspectivas, objetiva-se compreender as razões que motivaram o lançamento do *Anuário Brasileiro de Literatura* e os diferentes sentidos que a publicação assumiu no decorrer do tempo. Nesse passo, a investigação não pretende dar conta de todos os aspectos do periódico, antes se limita a averiguar as razões alegadas para o surgimento da publicação, o que acabou por conduzir a pesquisa para a questão das bibliografias brasileiras.

**Palavras-chave:** Anuário Brasileiro de Literatura; bibliografias brasileiras; Estado Novo; Biblioteca Nacional; Instituto Nacional do Livro.

## Abstract

A challenge of working with periodicals lies in reconstructing the complex relations that each title maintained with other titles that circulate at the same time. This analysis focused solely on the pages of a publication that, even if detailed and careful, can only benefit from reestablishing the nature of the dialogue held with contemporaries in the public sphere. Furthermore, the relevance of incorporating print media into the intricacies of the current situation becomes even more evident as it contributes to understanding objectives, editorial direction, and possible changes. From these perspectives, this study aims to understand the reasons that motivated the launch of *Anuário Brasileiro de Literatura* and the different meanings the publication assumed over time. Thus, this investigation, rather than intending to cover all aspects of the periodical, aims to examine the alleged reasons for the emergence of the publication, which ultimately led this research to the question of Brazilian bibliographies.

**Keywords:** Anuário Brasileiro de Literatura; brazilian bibliographies; New State; National Library; National Institute of Books.

## 1. Introdução

As pesquisas que tomam impressos periódicos como fonte e/ou objeto de análise se multiplicaram nas últimas décadas, beneficiadas pela disponibilização de coleções digitalizadas em sítios de arquivos e bibliotecas. Jornais, revistas, boletins, almanaques e anuários, antes de difícil acesso e cuja consulta exigia deslocamentos e adequação às regras das instituições de guarda, agora estão disponíveis. Esse cenário abriu novas possibilidades de investigação, uma vez que se pode percorrer milhares de páginas em poucos segundos e localizar informações a partir de palavras-chave. Por mais que os resultados sejam parciais e que sempre restem dúvidas em relação ao montante que escapou ao reconhecimento do programa que converte imagem em texto, o horizonte que se abriu para os pesquisadores é muito diverso do vigente antes da digitalização, pois as ferramentas de recuperação de dados tornaram possível formular novos objetivos e propor inéditos questionamentos.

Consultas como as oferecidas no sítio da Hemeroteca Digital Brasileira da Biblioteca Nacional (HDBN), no ar desde 2012 e que reúne milhões de páginas e mais de 5 mil títulos, possibilitam percorrer todos os números de um mesmo periódico ou, em termos mais amplos, a totalidade dos exemplares presentes no portal. Isso nos convida a trabalhar com múltiplas temporalidades e estabelecer comparações diacrônicas e sincrônicas, ensejando outras leituras acerca do mundo dos impressos periódicos, que compõem um campo dinâmico, atravessado por interações.

Do ponto de vista metodológico, tornou-se possível restabelecer as imbricações, em termos de proximidade ou de distanciamento, que um dado periódico manteve com congêneres que circularam no mesmo momento, ampliando o escopo da análise que, para além de centrar-se nas páginas de uma única publicação, pode questionar a respeito do diálogo mantido pela publicação no espaço público, o que demanda levar em conta os dados da conjuntura. Desta forma, é possível esclarecer, ou pelo menos lançar hipóteses, acerca das motivações para a fundação de um impresso, a linha editorial adotada, os ideais e valores defendidos, tendo em vista o diálogo e a interconexão entre títulos e indivíduos, as redes de sociabilidade formadas em torno da redação, que remetem tanto para laços de amizade e solidariedades quanto para disputas e inimizades, perceptíveis a partir da análise dos textos programáticos e dos índices. Indagações dessa natureza, se não são propriamente inéditas, foram beneficiadas com os novos elementos disponíveis.

Tais procedimentos inspiraram a análise do *Anuário Brasileiro de Literatura*, o que acabou por revelar aspectos acerca do periódico antes insuspeitados, a exemplo do diálogo mantido com a Biblioteca Nacional e com o Instituto Nacional do Livro, o que colocou no centro da cena a questão das bibliografias nacionais, aspecto que, como se verá, amplia os sentidos e as intencionalidades da publicação.

## 2. Mapeando o mercado editorial

Ao decidir lançar uma nova publicação, é comum que os responsáveis se dirijam aos leitores para compartilhar objetivos, intensões, expectativas e motivações. Não foi diferente com o *Anuário Brasileiro de Literatura*, que apenas nos dois primeiros números ostentou o subtítulo “Letras – Artes – Ciências”. O periódico chegou às livrarias em julho de 1937, somou oito números e sete edições, pois a derradeira, relativa a 1943-1944 e lançada apenas em janeiro de 1945, foi reunida em volume único. O material publicado refere-se, portanto, ao período compreendido entre 1936 e 1943, pois anuários repertoriam fatos do ano precedente. Se as dimensões (27cm x 18cm) permaneceram inalteradas, o número de páginas, preço e o momento de chegada às livrarias variaram consideravelmente<sup>1</sup>. De saída, chama atenção a temporalidade alargada do impresso, num momento em que os semanários predominavam no mercado dos periódicos, em sintonia com o ritmo acelerado da vida urbana. À frente do empreendimento estavam Rogério (diretor responsável) e Rodolfo (diretor gerente), proprietários da editora Irmãos Pongetti<sup>2</sup>, auxiliados por Jorge Leal Costa Neves (diretor intelectual), tradutor da casa e autor do texto de apresentação do número inaugural, denominado “Leitor amigo!”.

A razão de ser do *Anuário* era, segundo Neves, preencher uma lacuna que, naquele momento, deveria se afigurar evidente diante do avanço da produção intelectual do país. Se o Brasil começava, na sua perspectiva, a adquirir estilo próprio, bem expresso na produção romanesca e poética, na crítica literária e nos trabalhos eruditos, a exemplo dos assinados por Gilberto Freyre e Artur Ramos, tais avanços não estavam suficientemente difundidos por todo o imenso território nacional, ainda carente de vias de comunicação. Corolário da efervescência

<sup>1</sup> Observe-se a quantidade de páginas, mês/ano de difusão e preço: 1937 (316 p., 07/1937, 12\$000); 1938 (434 p., 03/1938, 12\$000); 1939 (544 p., 03/1939, 15\$000); 1940 (416 p., 09/1940, 20\$000), 1941 (296 p., 10/1941, 20\$000); 1942 (294 p., 01/1943, CR\$ 20,00); 1943-1944 (480 p., 01/1945, CR\$ 30,00). A partir de 1939, a difusão foi cada vez mais tardia e diminuíram as páginas, fruto das dificuldades impostas pela 2<sup>a</sup> Guerra. Coleção disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=158550&PagFis=1>. Acesso em: 30 jun. 2023.

<sup>2</sup> Somente o número duplo, último a ser publicado, saiu com a chancela da editora Zélio Valverde.

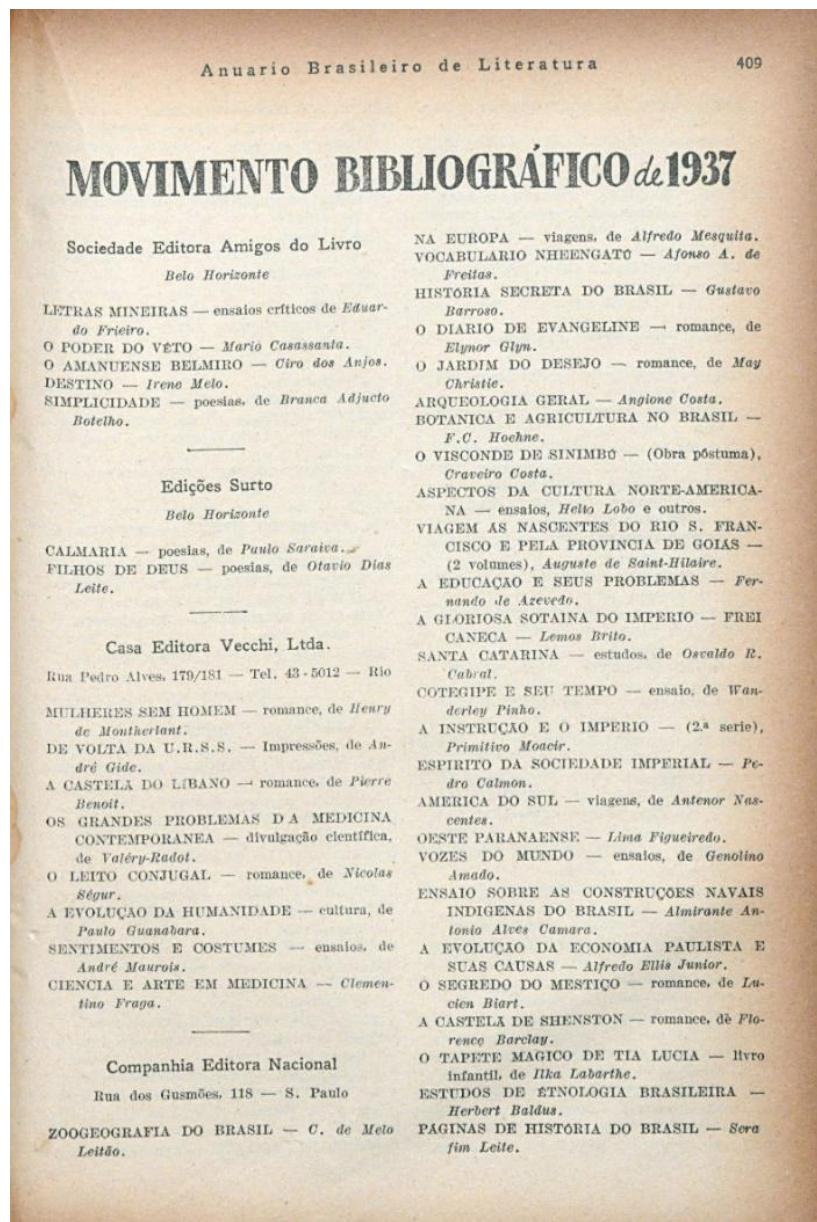
cultural, a indústria do livro avançava a passos largos, fosse pela fundação de novas empresas ou expansão das existentes, capitaneadas por editores responsáveis por realizar importante “obra construtiva”, que os alçava a atores relevantes para compreender e apontar caminhos para o Brasil, num registro que extrapolava a condição de meros empresários (Neves, 1937, p. 5-7). Assim, a ambição primeira do *Anuário* era evidenciar o papel desempenhado pelas editoras, daí a preocupação em apresentar o rol de títulos saídos dos prelos no ano anterior, o que justificava a periodicidade escolhida, adequada para expor as realizações do setor.

Ao apresentar a proposta, Neves fez questão de frisar que a intensão era distanciar-se tanto dos pesados catálogos com listas de livros, quanto das revistas ilustradas. A solução foi reunir o rol de livros (re)publicados na seção “Movimento Bibliográfico”, que compunha a parte propriamente informativa dos volumes, e acrescer artigos de destacados intelectuais brasileiros, convidados a abordar temas relacionados à finalidade do *Anuário*; diversas ilustrações, produção literária e, ainda, artística, com reprodução de obras de pinturas e esculturas contemporâneas e balanço de atividades em diferentes campos culturais. Não se tratava de renunciar à iconografia, mas de marcar distância em relação à superficialidade das revistas mundanas, postura que também se expressava na adjetivação dos colaboradores e nas temáticas abordadas, o que situava a publicação a meio caminho entre um livro, considerando-se o número de páginas e o formato, e uma revista literária e cultural, em face da diversidade de colaboradores, temáticas e organização interna do material, que comportava seções.

De saída, a proposta não entusiasmou os editores, tanto que Neves reclamou da falta de vontade e de discernimento dos colegas, isso a despeito dos insistentes pedidos, feitos no devido tempo e não respondidos. A reclamação é relevante por evidenciar que, de saída, o projeto que objetivava reunir os catálogos das empresas que atuavam no mercado, cumprindo, portanto, papel agregador num momento em que não havia entidade, oficial ou oficiosa, que representasse os que atuavam na cadeia do livro, não foi capaz de sensibilizar os beneficiados.

Nos dois primeiros números, datados de 1937 e 1938, as obras lançadas ou reimpressas foram apresentadas por editora, a sugerir que as informações eram solicitadas e reproduzidas nas páginas do periódico, ou seja, o esforço circunscrevia-se a obtê-las e divulgá-las, o que não demandava intervenção significativa, razão pela qual a seção não era assinada. Cada empresa enviava o que julgava significativo, sem preocupação de exaustividade ou rigor em termos bibliográficos. Assim, a seção era destituída de articulação interna e as listas aproximavam-se das propagandas difundidas em jornais e revistas (ver Figura 1).

Figura 1 – Seção “Movimento Bibliográfico”, estrutura vigente nos exemplares lançados em 1937 e 1938.



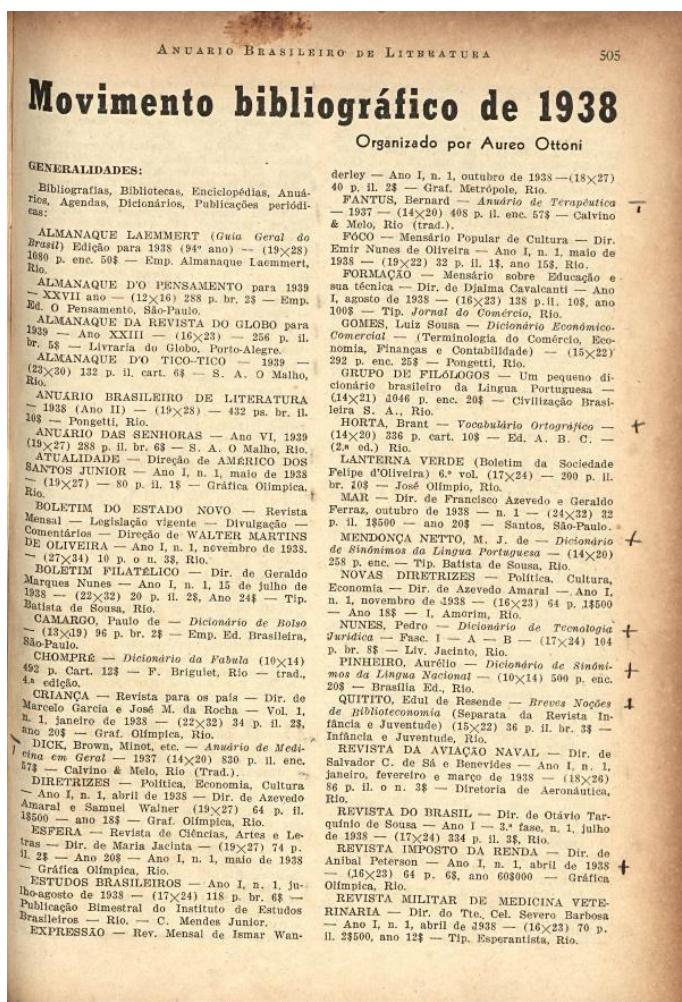
Fonte: Anuário Brasileiro de Literatura (1938, p. 409).

A forma de registro alterou-se significativamente a partir do terceiro número, publicado em março de 1939, quando a responsabilidade da seção passou às mãos de Áureo Ottoni (1911-1977)<sup>3</sup>, que introduziu profundas mudanças, atestadas no incremento do número de páginas de “Movimento Bibliográfico” – nove em 1937, onze em 1938, 28 em 1939, 33 em 1940, 37 em 1941, 40 em 1942, 71 em 1943 e 67 em 1944.

<sup>3</sup> Informações sobre Ottoni são escassas. Em 1938, quando iniciou sua contribuição no *Anuário*, foi um dos fundadores de *Esfera*, revista de Artes, Ciências e Letras (RJ, 1938-1939, 1944-1950), próxima do PCB, na qual atuou, com interrupções, como gerente. Registre-se o nome completo: Áureo Ottoni de Mendonça Júnior.

Ademais de mencionar autoria, título e chancela editorial, como fora praxe até então, a seção incorporou outras referências concernentes ao formato, número de páginas, preço, encadernação (brochada ou cartonada), presença de ilustrações, planchas e/ou desenhos, local de impressão, número da edição, título e volume para o caso de coleções, além de especificar quando se tratava de tradução e, por vezes, indicar o responsável pela tarefa. Não apenas a descrição material de cada obra tornou-se muito mais completa, mas também a apresentação foi radicalmente alterada, com o abandono da compilação por editora em prol da entrada segundo as dez classes propostas pelo americano Melvil Dewey (1851-1931)<sup>4</sup>, como indica a Figura 2.

Figura 2 – Organização adotada em “Movimento Bibliográfico” a partir do exemplar lançado em 1939.



Fonte: Anuário Brasileiro de Literatura (1939, p. 505)

<sup>4</sup> A classificação decimal data de 1876 e, desde então, sofreu diversas atualizações. Cada classe — Generalidades (0), Filosofia (1), Religião (2), Ciências Sociais (3), Filologia, Linguística (4), Ciências Puras (5), Ciências Aplicadas (6), Belas Artes, Esportes, Divertimentos (7), Literatura (8), História e Geografia (9) — desdobra-se em outras dez que, por sua vez, são novamente subdivididas dez vezes, de modo a contemplar as especificidades da produção do conhecimento. Na seção, os livros eram distribuídos pelas dez classes principais que, por vezes, comportavam subdivisões.

O padrão, mantido nos exemplares subsequentes, demandava considerável trabalho e olhar treinado do organizador. Parece claro que a intensão primeira sempre foi chamar atenção para a atividade editorial, tanto que a análise circunstanciada da nova organização da seção permitiu a Sérgio Miceli (1979, p. 69-128) evidenciar o papel central do gênero romance no processo de profissionalização dos escritores. Cumpre investigar, contudo, a especificidade do empreendimento, uma vez que listar o que se imprimia no país não se constituía propriamente em novidade. Noutros termos, é preciso inquirir acerca das condições vigentes no mundo editorial, que não passou incólume diante das mudanças políticas que marcaram o período e que, provavelmente, contribuíram para que os editores acabassem por se interessar pela proposta.

### 3. A Biblioteca Nacional e as bibliografias correntes

O Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907, tornou obrigatório o envio para a Biblioteca Nacional (BN) de um exemplar de tudo o que fosse impresso no país (livros, folhetos, periódicos, mapas, obras musicais, plantas, planos, estampas) (Brasil, 1907), o que ampliou o escopo do Decreto nº 433, de 3 de julho de 1847, que fazia a mesma exigência apenas para o que fosse produzido na Corte. Justamente por ser depositária desse patrimônio desde meados do século XIX, a BN não apenas preserva a memória da produção intelectual como dispõe de elementos para organizar a bibliografia nacional corrente.

A primeira tentativa de apresentar o que chegou à BN ocorreu entre 1886 e 1888, com o *Boletim das aquisições mais importantes feitas pela Biblioteca Nacional*, organizado segundo as seções da instituição (imprensa, manuscrito, estampas e numismática) e cuja ordenação dos impressos inspirou-se na classificação proposta por Jacques-Charles Brunet<sup>5</sup>. A iniciativa foi retomada, em termos diversos, entre 1918 e 1921<sup>6</sup>, com o *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional*<sup>7</sup>, desta feita em obediência ao artigo quinto do Decreto de 1907, que estipulava a

<sup>5</sup> Em 1810, Brunet (1780-1867) propôs organizar os livros em cinco categorias, que comportavam diversas subdivisões – Teologia, Jurisprudência, História, Filosofia e Literatura. O chefe da Divisão de Impressos, João de Saldanha da Gama (1835-1889), elaborou proposta para a BN ancorada na sugestão do francês, por ele ampliada e que foi adotada no *Boletim das aquisições* que organizou (Gama, 1883).

<sup>6</sup> Período no qual se adotou o Sistema de Classificação Universal (CDU), elaborado em fins do XIX pelos belgas Henri La Fontaine (1854-1943) e Paulo Ottet (1868-1944). Apesar de as classes principais serem praticamente idênticas à CDD, o sistema permite descrições mais detalhadas para subáreas do conhecimento por se valer de sinais e letras. Nas listagens, que não vão muito além das classes principais, a distinção fica esmaecida.

<sup>7</sup> As datas referem-se aos anos para os quais houve recolha de dados, enquanto a publicação, não raro, ocorria com bastante atraso. Assim, por exemplo, a edição relativa ao ano de 1921 só veio a público em 1927.

publicação regular de boletim com as entradas no acervo resultantes do dispositivo legal. A medida tinha em vista compor panorama exaustivo do que fora editado no país, suposição ancorada na expectativa de que a legislação fosse, de fato, cumprida pelos impressores país afora.

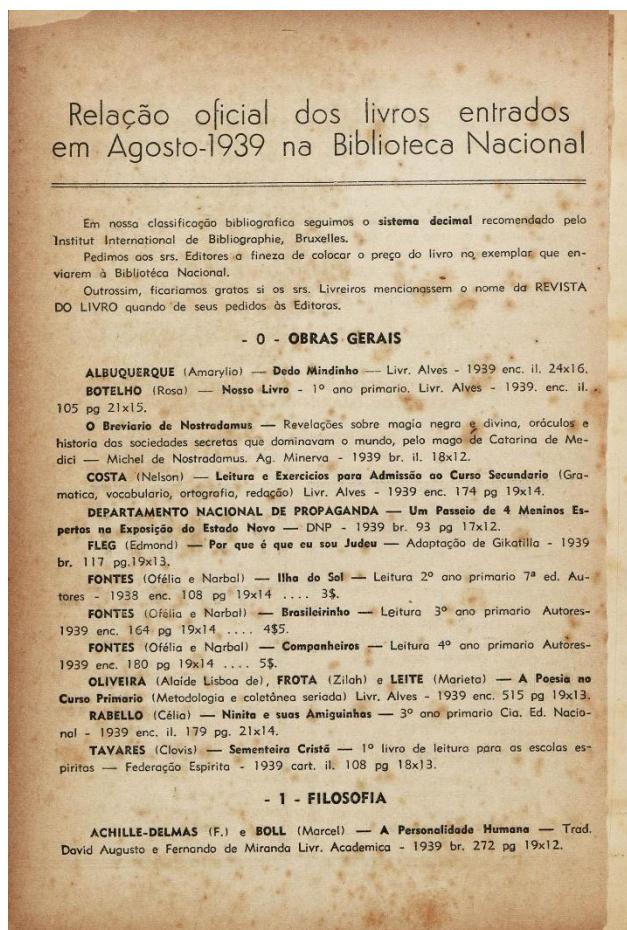
De outra parte, a própria BN nem sempre se ocupou do tema, tanto que somente em 1931 o material recebido por força legal foi divulgado em números do *Boletim do Ministério da Educação e Saúde*, na seção também intitulada “Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional”<sup>8</sup>. Nova edição do *Boletim da Biblioteca Nacional*, agora sob a responsabilidade da instituição, surgiu em 1939, com elementos relativos ao ano anterior<sup>9</sup>, portanto quando o Anuário já estava em circulação.

Há que se registrar que, entre agosto de 1939 e junho de 1940, com informações concernentes ao período julho de 1939 a maio de 1940, foram impressos onze números, dois deles duplos (6-7 e 10-11), da *Revista do Livro*. Resenha Mensal de Bibliografia, que objetivava listar as obras entradas na BN, precedidas por notícias relativas ao mundo dos livros. Assim, nos dois primeiros números, reproduziram-se decretos e iniciativas governamentais concernentes à edição, prática logo abandonada. Ainda que não se tratasse de publicação com chancela da BN, fosse vendida, impressa por A Encadernadora, uma tipografia particular, contivesse publicidade, inclusive da Pongetti, que então respondia pelo *Anuário*, é evidente a estreita relação entre a revista e a Biblioteca, tanto que, nas páginas da publicação, os editores eram consistentemente orientados a informar o preço do exemplar enviado para a instituição. As listas seguiam o sistema de classificação decimal, sem indicar, contudo, a quem cabia a tarefa (ver Figura 3).

<sup>8</sup> Pelo Decreto nº 19.444, de 1 de dezembro de 1930, a BN subordinava-se ao Ministério da Educação e Saúde Pública (Brasil, 1930). A Instrução do Ministério, de 19 de dezembro de 1930, determinou a publicação regular do *Boletim Bibliográfico*, o que não foi cumprido. O próprio *Boletim do Ministério* veio a público apenas em 1931 e a despeito de ser trimestral, o 1º e o 2º números saíram juntos em junho, enquanto em dezembro foi a vez do 3º e do 4º. A seção “Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional” foi estampada nas páginas 109-138 e 127-183. Os livros foram organizados por áreas temáticas (por exemplo: Filosofia, Matemática, Astronomia, Ciências Médicas, Política), sem seguir a classificação CDD.

<sup>9</sup> O volume, sem prefácio, índices ou indicação de autoria, foi organizado por grandes temas: inicia-se com Agricultura e Zootecnia, segue-se com Arquitetura e Engenharia e encerra-se com Sociologia (Boletim Bibliográfico, 1939).

Figura 3 – *Revista do Livro* e a divulgação das aquisições da BN, segundo o sistema decimal.



Fonte: Revista do Livro (1939, p. 4).

O periódico, dirigido pelo professor e autor de vários livros didáticos de História Dicamôr de Moraes<sup>10</sup>, chegou a contar com representantes nas cidades de São Paulo, Vitória, Ilhéus e Nova York. Ocorreu, portanto, uma espécie de terceirização da obrigação da BN, delegada a empreendimento de natureza comercial. Não deixa de surpreender a justificativa apresentada no primeiro número da *Revista do Livro*, muito próxima da evocada no *Anuário Brasileiro de Literatura*:

Entregamos a *Revista do Livro* ao grande público leitor do Brasil. Ao fazê-lo, animamos o ideal de bem servir o movimento cultural que, sempre mais intenso, ultimamente se vem observando em nossa terra.

Na admirável eclosão de forças novas que se processa em todos os setores de atividade da vida nacional, ressalta à vista, mesmo aos olhares distraídos dos leigos, o crescendo do movimento editorial. Não no cabe aqui deter-nos na apreciação desse movimento, sob qualquer dos ângulos em que se subdivide a crítica literária. Constatamo-lo

<sup>10</sup> Sobre Dicamôr de Moraes, lê-se no site do Departamento de História da UnB: “Nascido em Belém do Pará, em 6 de fevereiro de 1910, graduou-se em Direito e mudou-se para Brasília em 1960. Foi analista de finanças do Tribunal de Contas da União e membro da Associação Nacional de Escritores. É autor dos livros *História Geral para o Primeiro Colegial* (Editora Nacional, 1939) e *História do Brasil para o Terceiro Ano Colegial* (Editora Nacional, 1940) com Alfredo D’Escagnolle Taunay; e *História de Brasília* (Thesaurus, 1993). Aposentou-se em 1990. Faleceu em 22 de fevereiro de 1997” (HIS – Histórico, [2023]).

apenas. E, constatando-o, força é reconhecer que lhe faltava um órgão que centralizasse, racionalizando-o, a nossa já grande massa livresca.

O leitor brasileiro não dispunha, como o francês, o americano ou inglês, duma revista que lhe inventariasse os livros recém-publicados, catalogando-os por assunto, dividindo-os nas suas diversas matérias, de forma tal que nela o literato e sociólogo, o médico e o engenheiro, o advogado e o economista, encontrassem a resenha completa das obras de sua especialidade.

A *Revista do Livro*, órgão essencialmente técnico, será, como o seu próprio nome indica, o repositório fiel de todo o movimento livresco do país, levando ao mais afastado recanto a notícia da última obra publicada (Revista do Livro, 1930)<sup>11</sup>.

Evidencia-se, portanto, a atenção errática dispensada à questão pela BN desde a década de 1920, a despeito do crescimento da produção editorial e do interesse pela leitura, que atingiram, nos anos 1930 e 1940, patamares até então inéditos. É provável que o fato de a instituição se eximir da tarefa tenha estimulado os irmãos Pongetti, que há pouco haviam ampliado suas atividades do ramo gráfico para o editorial, a lançarem o *Anuário*. A iniciativa, sem similar em 1937, a um só tempo atendia aos interesses do mercado, na medida em que evidenciava a vitalidade da cadeia produtiva do livro; prestava um serviço ao próprio governo, tomado, desde o movimento de 1930, pelo afã de escrutinar diferentes aspectos da realidade nacional; além de também projetar a chancela da recém-chegada Editora Pongetti.

Pode-se levantar a hipótese que o lançamento do *Anuário* tenha incomodado os responsáveis pela BN, tanto que organizaram os dados de 1938, difundidos no ano seguinte, e passaram a fornecer para a *Revista do Livro* o rol de aquisições da instituição. É necessário ter presente que movia os editores do *Anuário* o interesse de ressaltar a dinamicidade do mercado livreiro e, apesar da amplitude alcançada pela seção consagrada à bibliografia após sua remodelação, seguiram excluídas publicações produzidas no âmbito de ministérios, institutos, departamentos ou quaisquer outros órgãos públicos, o que a distanciava da abrangência típica das bibliografias correntes, com as quais não deve ser confundida.

Observe-se que o *Boletim Bibliográfico* somente voltou a ocupar a pauta da instituição entre 1945-1947, quando Rubens Borba de Moraes assumiu a direção do órgão. Assim, em

<sup>11</sup> Compara-se com o trecho: “Uma das mais recentes casas editoras do Brasil propriedade de dois irmãos inteligentes e empreendedores – os Pongetti – viu a utilidade e a oportunidade de um órgão de coordenação e de aproximação que faltava para completar este surto admirável da indústria do livro brasileiro. Acompanhando com interesse o movimento livreiro internacional, sabiam os Irmãos Pongetti que a França, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra e muitas outras nações possuem inúmeros almanaque e anuários que completam com proficiência a obra construtiva dos editores de livros. Viram que também o Brasil – este com maior razão, si se atentar na extensão do seu território e nas grandes distâncias existentes entre seus centros mais populosos e cultos – precisava de uma publicação desta natureza. E se bem pensaram, melhor o levaram a cabo. Trata-se de em prendimento de alta significação, cujos frutos benéficos todos hão de reconhecer: livreiros, leitores, autores e o próprio governo, que terá no *Anuário Brasileiro de Literatura* um auxiliar eficiente para sua obra de educação popular” (Neves, 1937, p. 6).

1947, a publicação ressurgiu com informações referentes a 1945 e, a despeito de outros exemplares terem sido organizados, acabaram não sendo impressos, de tal sorte que em 1952 veio a público volume com informações relativas ao ano anterior, como era praxe<sup>12</sup>. Em síntese, durante a circulação do *Anuário*, a BN não foi além de algumas ações isoladas e sem continuidade, em claro descumprimento das instruções vigentes.

#### 4. A atuação do Instituto Nacional do Livro

A Biblioteca Nacional não era o único ator público a agir no mundo dos livros. Poucos meses depois de o *Anuário* chegar às livrarias, já sob o Estado Novo, foi promulgado o Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937, que criou o Instituto Nacional do Livro (INL), subordinado ao Ministério da Educação e Saúde. Sediado no prédio da BN, seu primeiro diretor foi o escritor gaúcho Augusto Meyer<sup>13</sup>. A estrutura administrativa do INL compunha-se de três seções: a encarregada de organizar e produzir a *Enciclopédia Brasileira* e o *Dicionário da Língua Nacional*, com Américo Facó à frente e consultoria técnica de Mário de Andrade; a de publicações, incumbida de estabelecer programa de (re)edição de livros, inclusive os “raros ou preciosos”, de grande interesse para a cultura nacional, promover medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a produção de livros no país, bem como facilitar a importação deles, sob a direção, até 1944, de Sérgio Buarque de Holanda; e, por fim, a seção de bibliotecas, que deveria incentivar a organização e auxiliar a manutenção de instituições do gênero em todo o território nacional, que contou com particular atenção do diretor (Brasil, 1937).

O programa era ambicioso e sobretudo as seções de publicações e de bibliotecas tinham interface imediata com o mercado livreiro: a primeira por se propor a editar e baratear custos, enquanto a outra comparecia na condição de importante cliente, tendo em vista o desafio de atualizar acervos existentes e de criar bibliotecas ao redor do país. O setor não ficou, portanto, imune à ação governamental, ainda que se deva distinguir entre a letra fria da lei e a prática efetiva, isso porque as seções do INL somente iniciaram de fato suas atividades em 1939<sup>14</sup>,

<sup>12</sup> A série foi interrompida em 1968 e retomada em 1973 (Fonseca, 1972, p. 9-14). Em 1983, a denominação foi alterada para *Bibliografia Brasileira*, publicada até 1995. A partir de 1997, a BN optou pela divulgação digital dos dados (Juvêncio; Rodrigues, 2016, p. 165-182).

<sup>13</sup> Meyer dirigiu o Instituto desde sua fundação até 1954 e foi reconduzido entre 1961-1967.

<sup>14</sup> O atraso resultou de disputas internas, especialmente na chefia da primeira seção, para a qual Mário de Andrade era o preferido de Capanema. Some-se, ainda, o tempo considerável que Meyer dedicou à elaboração do projeto da revista do INL, vetado pelo ministro. Mesmo assim, em 1939 saíram, com o selo do Instituto, quatro dos seis volumes de *Floriano Peixoto. Memória e Documentos*, e um na série Exposições, relativo à mostra organizada por ocasião do centenário de nascimento de Machado de Assis.

momento em que dois outros números do *Anuário* já haviam sido publicados, o segundo, em março de 1938, e o terceiro, em março do ano seguinte, referindo-se, como sempre, aos anos imediatamente anteriores.

Em julho de 1937, quando o *Anuário* chegou às livrarias, o INL ainda não existia, enquanto o número subsequente já deveria estar em adiantada fase de organização no momento da criação do novo órgão. Talvez o pouco interesse dos editores diante da proposta dos Pongetti dissesse respeito à ausência de regulação e/ou política específica em relação ao setor, o que mudou após a instalação do Estado Novo. Igualmente sugestivo é o momento em que ocorreu a mudança na forma de registro em “Movimento Bibliográfico”, ou seja, no exemplar lançado em março de 1939, cuja preparação ocorreu num contexto em que o INL, a despeito de ainda funcionar de modo precário, já deixava patente a atuação do Estado no âmbito da cadeia produtiva do livro, fato que se tornou ainda mais explícito com as determinações de 1938 relativas aos livros didáticos, segmento particularmente lucrativo<sup>15</sup>.

Na seção, já não se tratava de destacar o que cada editora imprimiu, mas de coligir e organizar o conjunto, estratégia que apagava o protagonismo individual e a possibilidade de comparações, mas, em contrapartida, avultava a força do setor, apresentado segundo as normas vigentes no campo da biblioteconomia. Não parece fora de propósito supor que a mudança na seção “Movimento Bibliográfico” possa ter sido estimulada pela política governamental, sem esquecer que, desde o início, o INL deu atenção não apenas à organização de bibliotecas públicas e ao enriquecimento do acervo das existentes, também se preocupou com a formação de mão de obra especializada, organizando cursos e uma linha específica de publicações, a chamada Coleção B 2 Biblioteconomia<sup>16</sup>. E, obviamente, as estantes das instituições aquinhoadas pelo órgão teriam que ser preenchidas com livros adquiridos no setor privado, o que aumentava o interesse de ter em mãos um rol organizado e publicado com regularidade, capaz de subsidiar compras governamentais.

Pode-se notar, portanto, movimentações em diferentes sentidos. Se o surgimento do *Anuário* (julho de 1937) ocorreu quando inexistiam políticas específicas para o campo editorial

<sup>15</sup> O Ministério da Educação e Saúde expediu o Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro 1938, com quarenta artigos, que criou a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), com competência para avaliar e (des)autorizar a circulação e o uso de obras em todas as escolas, fossem públicas ou privadas, além de prescrever as condições de produção, importação e utilização, o que incluía a exigência de estampar o preço na capa, que só poderia ser alterado mediante prévia aquiescência da Comissão (Brasil, 1938)..

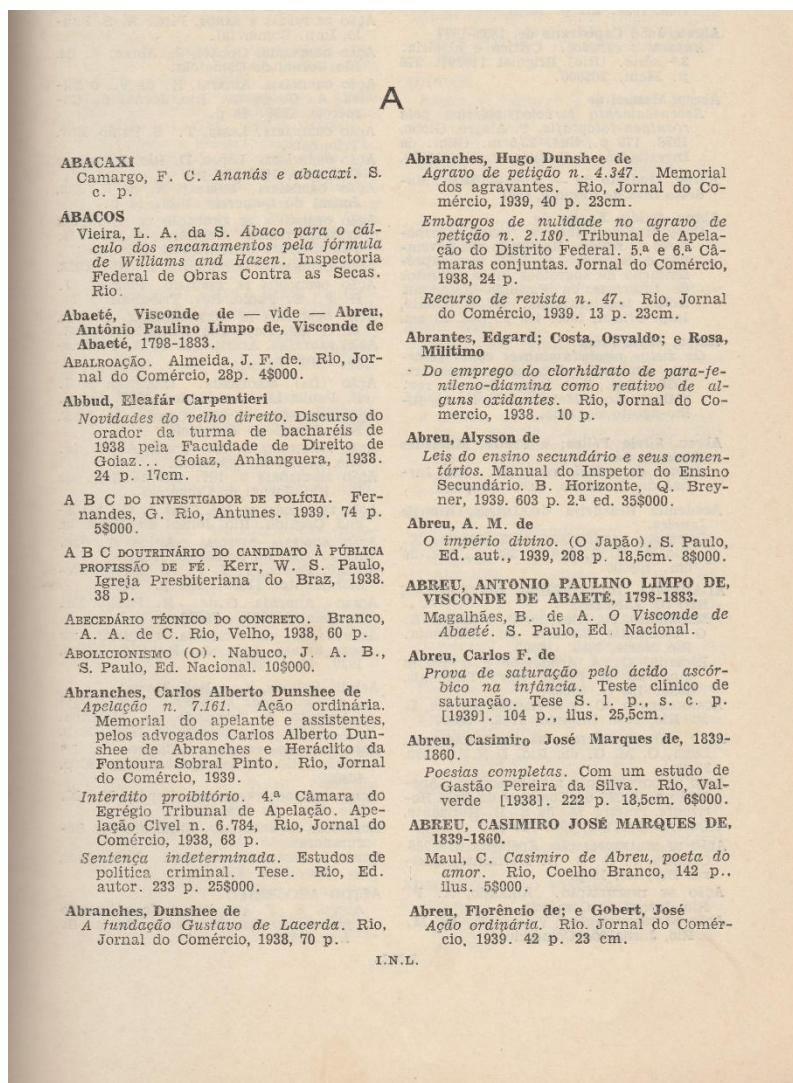
<sup>16</sup> Durante a circulação do *Anuário*, sobre o tema foram publicadas as seguintes obras: Dias (1943), Cosme (1943), Ferraz (1943), Sousa (1943) e, sem indicação de autoria, *Instruções para uso de ficha impressa* (1943).

e a BN não divulgava suas aquisições, a criação do INL alterou o quadro e, parece não ser mera coincidência que justamente os dados de 1938 tenham sido repertoriados e divulgados pela BN, quiçá em função das presenças do periódico dos Pongetti e do INL, com sua ampla agenda de atuação. De outra parte, o *Anuário* profissionalizou a divulgação dos dados a partir do exemplar de 1939 (informações de 1938), graças à presença de Áureo Ottoni, o que atesta que os editores, antes pouco colaborativos, foram subitamente sensibilizados.

Especificamente em relação à bibliografia nacional corrente, é digna de nota a sobreposição de funções entre a BN e o INL. Em 1941, sob a chancela do Instituto, veio a público a *Bibliografia Brasileira 1938-1939*, que contemplou exclusivamente livros, folhetos e separatas, apresentados no arranjo catálogo-dicionário<sup>17</sup>, diverso, portanto, da Classificação Decimal de Dewey utilizada na seção “Movimento Bibliográfico” e nos volumes da *Revista do Livro* (ver Figura 4). Houve adoção de concepções diversas, que remetem para diferentes tradições bibliográficas, ainda que o INL fosse sediado no prédio da BN e que a instituição tivesse, como afirmou Meyer, “contribuído com parte considerável do material coligido” (Meyer, 1941, p. VI). A obra constituiu-se na única iniciativa do INL contemporânea à circulação do *Anuário* pois, a despeito das promessas do diretor – “Até o final do corrente ano [1941] será publicado o volume datado de 1940” (Meyer, 1941, p. VI) – os exemplares consagrados à década de 1940 saíram do prelo com considerável atraso, em momento posterior à circulação do periódico lançado pelos Irmãos Pongetti<sup>18</sup>. Desta forma, ainda que a periodicidade do *Anuário* também tenha sido comprometida, especialmente nas últimas edições, a distância temporal não foi tão longa como a observada em relação às iniciativas oficiais. Chama atenção o fato de, ainda uma vez, contemplar-se os anos de 1938 e 1939, os mesmos compulsados pelo *Anuário*, enquanto o de 1938 já o fora pela BN.

<sup>17</sup> “Autor, título e assunto aparecem em uma única ordem alfabética, segundo os preceitos da averbação em dicionário [...]. Os assuntos são específicos e devem ser procurados diretamente, sem preocupa do grupo ou matéria a que possam pertencer,” portanto numa ordenação muito diversa da utilizada na BN (Meyer, 1941, p. VI).

<sup>18</sup> Veja-se a sequência: o volume com dados de 1940 saiu em 1954, o de 1941, em 1952, portanto antes do anterior; para período 1942 a 1945 foram publicados dois volumes em 1953; o de 1946 foi impresso em 1947; de 1947 a 1952, mais dois volumes datados de 1957; o de 1953 foi lançado em 1954; o de 1954 em 1956, e o relativo a 1955, em 1959, quando a série foi interrompida em função do surgimento da segunda *Revista do Livro*, que não se confunde com a anteriormente citada. Os dados confirmam a distância entre o ano de referência e sua efetiva disponibilização ao público, assim como o lançamento não sequencial dos exemplares, circunstâncias que evidenciam as dificuldades na produção e impressão do material.

Figura 4 – Página inicial da *Bibliografia Brasileira (1938-1939)*, iniciativa do INL.


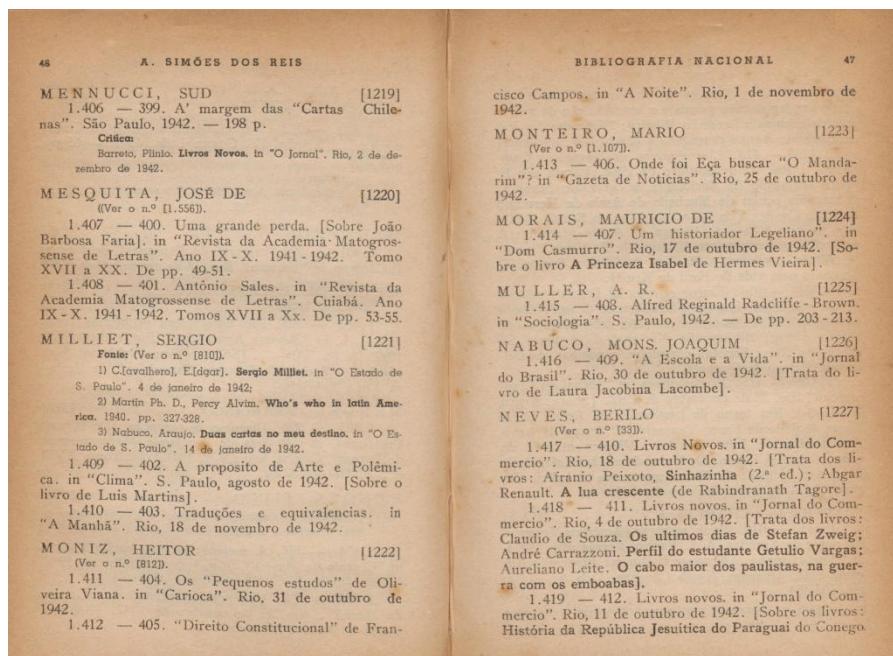
Fonte: Bibliografia Brasileira 1938-1939 (1941, p. 1).

Ainda que Meyer não indique quem respondeu pela fatura da obra, ele fez questão de agradecer às empresas Melhoramentos, Civilização Brasileira, Francisco Alves, José Olympio, Vecchi, Zélio Valverde e J. R. Oliveira pela colaboração no volume previsto “para breve”, a indicar que a estratégia de que se valia era semelhante à adotada pelos editores do *Anuário* que, vale ressalvar, não foram citados. Entretanto, o INL tinha a significativa vantagem de dispor de elementos provenientes da BN e de outras instituições, como a então denominada Biblioteca Municipal de São Paulo, hoje Mário de Andrade, à época dirigida por Rubens Borba de Moraes, a quem os agradecimentos foram enfáticos. Contudo, o modo de classificar e apresentar as obras afastava-se significativamente dos preceitos bibliográficos adotados na BN, como revela a Figura 4.

## 5. Iniciativas particulares

No período de circulação do *Anuário*, além das ações de órgãos oficiais no campo das bibliografias, Antônio Simões dos Reis (1899-1980) organizou, para 1942 e 1943, a *Bibliografia Nacional*, dezesseis livros de pequenas dimensões (18cm x 11cm), oito para cada ano, com o selo da Zélio Valverde (ver Figura 5). O autor substituiu em 1930 Augusto Frederico Schmidt na direção da Livraria Católica, fundada por Jackson de Figueiredo, e foi contratado por Meyer para atuar no INL<sup>19</sup>. Posteriormente, se tornou chefe do setor de documentação do Ministério da Educação e Saúde, cargo no qual se aposentou. Colaborador de diferentes periódicos, fundou as Edições Simões nos anos 1940.

Figura 5 – Página do livro organizado por Simões.



Observe-se que o autor lista resenhas em periódicos, configurando um sistema próprio de referênciação.

Fonte: Reis (1943, p. 46-47).

A despeito do reconhecimento angariado com a identificação de pseudônimos e organização de bibliografias sobre a obra de Euclides da Cunha, João Ribeiro e Mário de Andrade<sup>20</sup>, sua tentativa solitária de repertoriar (re)lançamentos, seguindo critérios particulares, que incluíam não apenas livros, mas também críticas às obras publicadas e, ainda, artigos difundidos na grande imprensa acerca de aspectos culturais, acabou por não ter continuidade.

<sup>19</sup> Enquanto funcionário do INL, organizou a *Bibliografia das bibliografias brasileiras*. Rio de Janeiro: INL, 1942.

<sup>20</sup> Referindo-se ao autor, Drummond (1943, v. 6, p. 6) pontou: “Entre tantas tarefas que se propõem à vocação das letras, Simões dos Reis elegeu a tarefa que não brilha, mas que produz os elementos de que se nutrem as especialidades fulgurantes. Daí a poesia e a utilidade de sua obra. Poesia e utilidade de Simões dos Reis, o homem que está sempre maquinando a caça a um alfarrábio roído de bichos, que se embriaga com a descoberta de um pseudônimo colonial e que publica todas as suas caçadas e orgias bibliotecárias”.

As iniciativas relativas ao período 1930-1945, sistematizadas no Quadro 1, testemunham o interesse de que se revestia a questão naquele momento, bem como o significativo atraso na divulgação dos dados produzidos por órgãos oficiais.

Quadro 1 – Iniciativas de cunho bibliográfico (1930-1945).

Título/Iniciativas oficiais	Ano(s) de referência (ano de publicação)
Seção “Boletim Bibliográfico da BN”, <i>Boletim do MEC</i>	1931 (1931)
<i>Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional</i>	1938 (1939), 1945 (1947)
<i>Bibliografia Brasileira (INL)</i>	1938-1939 (1941); 1940 (1954); 1941 (1952); 1942-1945 (1953)
Título/Iniciativa particular	Ano(s) de referência (ano de publicação)
Antônio Simões dos Reis. <i>Bibliografia Nacional</i>	1942 (1942-1943); 1943 (1943-1944)

Fonte: Elaboração própria.

## 6. Para além do Anuário

Se, durante a circulação do *Anuário*, a BN e o INL levaram a cabo ações esporádicas para repertoriar a produção nacional, a duplicação de esforços por parte das duas instituições tendeu a aprofundar-se nas décadas subsequentes. Assim, como já assinalado, nos anos 1950 a BN retomou o seu *Boletim Bibliográfico*, enquanto o INL seguiu com a série *Bibliografia Brasileira*, que cobriu o interregno 1938 a 1955, sem respeitar, como se destacou, sequência cronológica. Nos exemplares publicados depois de 1952 novamente surge o nome de Áureo Ottoni<sup>21</sup>, agora como funcionário do INL e não parece, como é voz corrente nas breves referências que lhe são feitas na historiografia, que ele pertencesse aos quadros do órgão no período em que colaborou com o *Anuário*. Nota publicada na imprensa em 1952 mencionou sua contratação por Augusto Meyer<sup>22</sup>, o que sugere que sua atuação no *Anuário* foi fundamental para as atividades que desempenhou posteriormente.

<sup>21</sup> Seu nome figura no volume relativo a 1940, editado em 1954, e nos dois que cobrem os anos 1942-1945, publicados em 1953. Desde então, continuou como responsável até dezembro de 1972, quando o INL deixou de tratar do assunto.

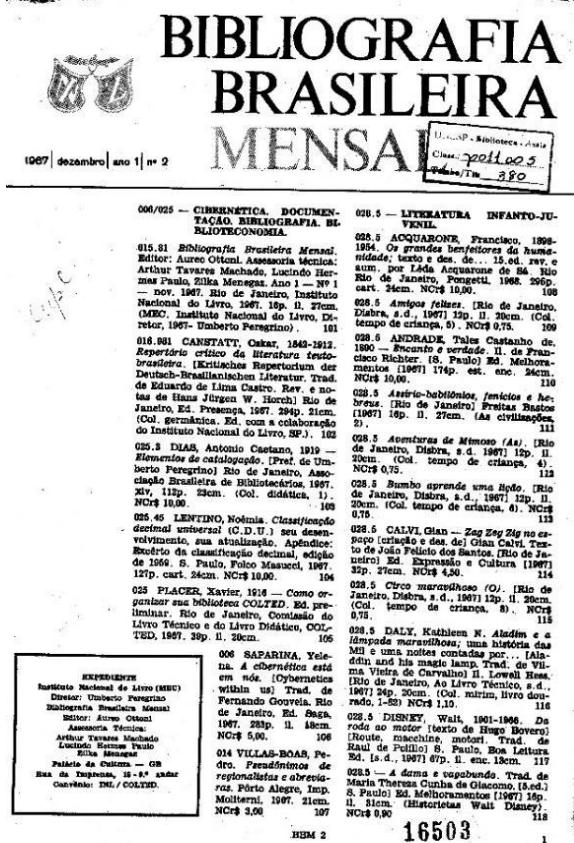
<sup>22</sup> Para sua contratação, ver: 22 Admissões no INL (1952, p. 5). Ainda em 1970, Ottoni exercia o cargo de assessor de biblioteconomia (*Boletim Informativo* n. 4, datilografado, 1971, p.4).

Foi ainda Áureo Ottoni quem respondeu pelos dados quando eles passaram a ser estampados na seção “Bibliografia Brasileira Corrente”, da *Revista do Livro* (RJ 1956-1961, 1964-1970), homônima da antecessora, mas que não deve ser com ela confundida<sup>23</sup>. É digno de nota o fato de o INL ter abandonado o modelo catálogo-dicionário em prol do Sistema Decimal de Dewey somente quando a série *Bibliografia Brasileira* deixou de ser publicada<sup>24</sup>.

A seção da *Revista do Livro*, por sua vez, deu lugar, entre novembro de 1967 e dezembro de 1972, à *Bibliografia Brasileira Mensal* (BBM), brochuras (18cm x 27cm), que trazia a lista de obras de obras publicadas e, nas páginas finais, notas acerca das ações do INL – concursos, premiações, exposições, congressos, estatística de frequência/consulta às bibliotecas, sempre com Ottoni na condição de editor (ver Figura 6). Assinale-se que Decreto-Lei nº 824, de 5 de setembro de 1969, tornou obrigatório que gráficas e editoras remetessesem, no prazo máximo de dez dias após o lançamento, um exemplar de tudo o que publicavam para o INL, o que reforçou a sobreposição de funções entre INL e BN (Brasil, 1969). Em todos os exemplares do BBM, Áureo Ottoni ocupou o cargo de editor.

<sup>23</sup> A “Bibliografia Nacional Corrente” foi publicada até a edição 26, de setembro de 1964 da *Revista do Livro*, contemplando o período de abril de 1956 a dezembro de 1962, portanto defasado em relação à data de impressão da revista, em função da suspensão da sua circulação em 1961. Para o período 1963-1966 foram impressos volumes da *Bibliografia Brasileira*, com pouco atraso: três volumes em 1966, relativos aos anos de 1963, 1964 e 1965, e em 1967 o referente a 1966. A *Revista do Livro*, lançada em 1956 pelo INL, deixou de circular em 1970 e ressurgiu em 2002, sob a chancela da BN, pois o Instituto foi extinto em 1990.

<sup>24</sup> Sobre a série *Bibliografia Brasileira*, o Catálogo das Publicações do INL (BRASIL, 1974, p. 31), informa: “Apresentava-se sob a forma de catálogo dicionário até volume correspondente ao ano de 1955, que foi publicado em 1959. A partir de 1956, com o início da publicação da *Revista do Livro*, passou a ser publicada nas páginas dessa revista, transformada em *Bibliografia Brasileira Corrente*”.

Figura 6 – Página da *Bibliografia Brasileira Mensal*, editada por Áureo Ottoni.


Fonte: Bibliografia Brasileira Mensal (1967, p. 1).

A duplicidade de ação entre o INL e a BN cessou em janeiro de 1973, por convênio segundo o qual o assunto migrou para a alçada exclusiva da segunda<sup>25</sup>. Note-se, porém, que os resultados apresentados pelos dois órgãos não eram propriamente idênticos, uma vez que a BN listava o que entrou em seu acervo, enquanto o INL se ocupava do que fora publicado, cabendo ter presente, também, a diversidade na forma de apresentação, que vigorou por mais de uma década.

O exemplo do *Anuário*, publicação sob os auspícios da iniciativa privada, teve prosseguimento nas décadas de 1950 e 1960, o que multiplicou a sobreposição oficial já existente. Uma delas, o *Boletim Bibliográfico Brasileiro*, circulou entre novembro de 1952 e dezembro de 1967, com periodicidade diversa (bimensal, mensal, quadrimestral), iniciativa do escritor paranaense José Cruz Medeiros. A partir de janeiro de 1960, foi acrescido o subtítulo “revista dos editores”, tendo A Estante Publicações como editora responsável, à qual se juntou,

<sup>25</sup> O INL transferiu para a BN pessoal e recursos orçamentários, que retomou a publicação do seu *Boletim*, interrompida entre 1968 e 1972, sob o argumento de que o INL divulgava “praticamente os mesmos títulos recebidos pela BN” (Monte-Môr, 1973, p. V-VI).

nos anos finais, a Freitas Bastos. De saída, contou com os auspícios do Sindicato Nacional das Empresas Editoras de Livros e Publicações Culturais, acrescido da Câmara Brasileira do Livro e, por certo tempo, do próprio INL, o que não deixa de surpreender. Em vários dos números que trouxeram a chancela do Instituto, o incansável Áureo Ottoni compareceu como responsável pela bibliografia, apresentada no sistema decimal. Destaque-se que o periódico (18,5cm x 27cm), com média de páginas variando, a depender da publicidade, de pouco mais de 20 até 50, trazia muitos artigos relacionados aos desafios enfrentados pelo mercado livreiro, homenageava escritores, tudo entremeado com propagandas de editoras. Esteve longe de ter a abrangência do *Anuário*, com suas centenas de páginas e grande variedade de assuntos abordados<sup>26</sup>.

Várias outras tentativas de livreiros e editores sucederam-se até o final do século XX, com duração e abrangência diversa<sup>27</sup>, cabendo destacar que a recolha de dados sofreu mutação fundamental com a introdução dos meios eletrônicos.

## 7. Considerações finais

A análise do *Anuário Brasileiro de Literatura* pautou-se, do ponto de vista metodológico, no esforço de reconstruir, de forma detida, o contexto no qual o impresso circulou. É fato que não havia publicações da mesma natureza quando do seu lançamento, o que lhe garantiu um lugar ímpar no mundo dos impressos. Tampouco se pode negar que, como já estabelecido pela bibliografia especializada, o projeto deve ser remetido ao contexto de expansão do mercado editorial, justamente num momento em que, sob o influxo do movimento de 1930 e do contexto internacional, a vaga nacionalista e a busca por compreender o país estavam na ordem do dia. Compreende-se, desta forma, que os editores tivessem todo interesse em dar publicidade aos respectivos catálogos, que tornavam patente a contribuição que prestavam para a cultura nacional.

<sup>26</sup> Encarte no *Boletim Bibliográfico dos Brasileiro* (1967), informou: “Em virtude do incêndio que destruiu a sede da Livraria Freitas Bastos em janeiro de 1968, o BBB não saiu regularmente naquele ano, e, também por motivos de força maior, não foi publicado até agora. Com grande esforço conseguimos publicar o vou-me final das edições de 1967, que lhe estamos enviando nesta data [não indicada], e esperamos em 1970 poder reiniciar a publicação normal do BBB”.

<sup>27</sup> Além do exemplo citado, mencionem-se os três volumes de *Edições Brasileiras* (janeiro de 1963 a abril de 1966), publicado pelo Sindicato Nacional de Editores de Livros, e a *Bibliografia Classificada* (junho de 1968 a novembro -dezembro de 1969), com selo da Editora Vozes. Informações em Fonseca (1972, p. 11). Sobre as demais iniciativas particulares nas décadas subsequentes, ver: (Hallewell, 2005, p. 620-621).

Entretanto, é preciso considerar que novos desafios foram colocados para o setor a partir da implantação do Estado Novo, regime que interveio, de forma efetiva, na cadeia produtiva do livro, com ações concretas e medidas regulatórias. A ambivalência da relação entre o mercado e o Estado fica evidente no caso do seguimento dos didáticos, estratégico para o projeto educacional do regime e que, mesmo com grau limitado de sucesso, acabou por expedir normas, o que mobilizou os editores, que se valeram do *Anuário* para expressar seu posicionamento. De outra parte, é preciso considerar que a presença do poder público no campo cultural também oportunizou incrementar os negócios, o que tornava ainda mais urgente dar a conhecer os títulos editados, tendo em vista as muitas compras governamentais, especialmente no que concerne à política de criação e atualização de bibliotecas do INL<sup>28</sup>.

O objetivo maior do *Anuário* residia na seção “Movimento Bibliográfico” que, sintomaticamente, não divulgava a extensa produção editorial de órgãos governamentais. A ideia de organizar a publicação também pode ser tomada como uma resposta à inércia da Biblioteca Nacional, que há anos não divulgava a listagem do que, em cumprimento ao depósito legal, era enviado à instituição. Nesse jogo de forças, a situação se tornou ainda mais intrincada com a criação do INL que, como se viu, tinha proposta de editar livros e atuar diretamente no segmento. É possível estabelecer múltiplas e complexas interações entre o *Anuário*, a Biblioteca Nacional e o Instituto, uma vez que todos pretendiam informar sobre o que se imprimia no país, mas com intencionalidades, perspectivas, objetivos e, ainda, a partir de princípios classificatórios distintos.

Assim, o procedimento de análise adotado, que não toma o *Anuário* de forma isolada, revelou-se produtivo por possibilitar o restabelecimento de articulações que convidam a avaliar o papel desempenhado pela publicação à luz de outras iniciativas contemporâneas e das ações governamentais destinadas ao setor. Em perspectiva mais ampla, é possível afirmar que o *Anuário* foi a primeira iniciativa no campo da bibliografia corrente não levada a cabo por órgãos governamentais. Esse exemplo, como se destacou, foi retomado, nas décadas seguintes, por diferentes atores, fossem indivíduos, livreiros, editores, entidades de classe e/ou associações de escritores, o que pode ser interpretado como resultado da ação errática e lacunar de instituições públicas responsáveis pelo tema, além de apontar para a relevância de se contar com informações precisas acerca do que se imprimia no país.

---

<sup>28</sup> Estima-se que, até 1945, foram comprados e doados pelo INL cerca de meio milhão de livros (Schwartzman, 1983, p. 372).

## Referências

22 ADMISSÕES NO INL. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 684, p. 5, 18 mar. 1952. Disponível em:

[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083\\_01&pesq=%22Aureo%20Ottoni%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=8070](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pesq=%22Aureo%20Ottoni%22&pasta=ano%20195&hf=memoria.bn.br&pagfis=8070). Acesso em: 23 jun. 2023.

ANDRADE, Carlos Drummond de. Poesia e utilidades de Simões dos Reis. In: REIS, Antônio Simões dos. **Bibliografia Nacional 1942**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. v. 6.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA. Rio de Janeiro, ano 37, ed. 00, 1937.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=158550&PagFis=1>. Acesso em: junho de 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA. Rio de Janeiro, n. 3, p. 505, 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=158550&pagfis=1203>. Acesso em: 22 jun. 2023.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE LITERATURA. Rio de Janeiro, n. 2, p. 409, 1938. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=158550&pagfis=692>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA 1938-1939. Rio de Janeiro: INL, 1941.

BIBLIOGRAFIA BRASILEIRA MENSAL. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, dez, 1967.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO DOS BRASILEIROS. **Revista dos Editores**. Rio de Janeiro, v. XV, n. 9-12, set./dez. 1967.

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO. **1º e 2º semestre de 1938**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1939.

BOLETIM INFORMATIVO. Datilografado. Belo Horizonte, 1971. Disponível em: [http://repositorio.febab.org.br/files/original/15/820/Febab\\_Organizacao\\_Bibliografia\\_Tema\\_I-2\\_Boletim\\_IV.pdf](http://repositorio.febab.org.br/files/original/15/820/Febab_Organizacao_Bibliografia_Tema_I-2_Boletim_IV.pdf). Acesso em: 23 jun. 2023.

**BRASIL. Instituto Nacional do Livro. Catálogo das publicações do INL 1939-1973.**  
Brasília: INL, 1974.

**BRASIL. Decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.** Dispõe sobre a remessa de obras impressas á Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1907].

Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/historicos/dpl/DPL1825-1907impressao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/historicos/dpl/DPL1825-1907impressao.htm). Acesso em: 22 maio 2024.

**BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 19.444, de 1 de dezembro de 1930.** Rio de Janeiro: Coleção de Leis do Brasil, 1930. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso\\_informacao/pdf/d19444.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/media/acesso_informacao/pdf/d19444.pdf). Acesso em: 26 jun. 2023.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 1.006, de 30 de dezembro de 1938.** Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1938]. Disponível em: . Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Cria o Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1937]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del093.htm). Acesso em: 22 maio 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 824, de 5 de setembro de 1969. Dispõe sobre a remessa de obras impressas ao Instituto Nacional do Livro. Brasília, DF: Presidência da República, [1969]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/del0824.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0824.htm). Acesso em: 22 maio 2024.

DIAS, Antônio Caetano; COSME, Luís. **Compendio de classificação decimal e índice alfabético**. Rio de Janeiro: INL, 1943.

FERRAZ, Vanda. **Relação de assuntos por cabeçalhos de fichas**. Rio de Janeiro: INL, 1943.

FONSECA, Edson Nery da. Bibliografia brasileira corrente: evolução e estado atual do problema. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-14, 1972. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/2>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GAMA, João Saldanha da. **Plano do catálogo sistemático da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Tipografia de Leuzinger & Filhos, 1883. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obra\\_gerais/drg84700/drg84700.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obra_gerais/drg84700/drg84700.pdf). Acesso em: 27 jun. 2023.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**. Sua história. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edusp, 2005.

HIS – HISTÓRICO. **Universidade de Brasília**, Brasília, DF, [2023]. Disponível em: <http://www.his.unb.br/departamento/historico>. Acesso em: 22 maio 2024.

INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO. **Instruções para uso de ficha impressa**. Rio de Janeiro: INL, 1943.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique; RODRIGUES, Georgete Medleg. A Bibliografia Nacional Brasileira: histórico, reflexões e inflexões. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 7, n. esp., p. 165-182, ago. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/118769>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MEYER, Augusto. Introdução. In: BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Instituto Nacional do Livro. **Bibliografia Brasileira**. 1938-1939. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Instituto Nacional do Livro, 1941.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MONTE-MÒR, Janice. Prefácio. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. V-VI, 1. trim. 1973.

NEVES, Costa J. L. Leitor amigo! **Anuário Brasileiro de Literatura**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-7, 1937.

REIS, Antônio Simões dos. **Bibliografia das bibliografias brasileiras**. Rio de Janeiro: INL, 1942.

REIS, Antônio Simões dos. **Bibliografia Nacional 1942**. Rio de Janeiro: Zélio Valverde, 1943. v. 6.

REVISTA DO LIVRO. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 1, ago. 1930. Disponível em: <https://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=393541&pasta=ano%20193&pesq=&pagfis=6495>. Acesso em: 26 jun. 2023.

REVISTA DO LIVRO. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 4, set. 1939. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=393541&pagfis=6518>. Acesso em: 26 jun. 2023.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Estado Novo um autorretrato**. Brasília: UnB, 1983. p. 372.

SOUSA, Jose Soares de. **Classificação**. Sistemas de classificação bibliográfica. Rio de Janeiro: INL, 1943.

Artigo submetido em: 30 jun. 2023

Artigo aceito em: 09 abr. 2024